

# “Ceder mais seria desfigurar as reformas”

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião ministerial:

“Convoquei esta reunião extraordinária para que o governo registre o seu pesar e o seu agradecimento aos dois grandes brasileiros que o destino arrancou recentemente do nosso convívio.

Menciono seus nomes com saudação e gratidão: Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães.

É possível – e há quem assim prefira – fazer o contraste dos estilos e até das orientações político-partidárias de cada um deles.

Prefiro vê-los de outro ângulo.

Quando assumi a Presidência, entre outros projetos, eu tinha dois: o de levar adiante as reformas necessárias – sobretudo as reformas do Estado – para repetir frase que disse à época, o projeto de proporcionar uma espécie de re-fundação da República, repondo a moralidade pública como pilar de democracia.

Sérgio Motta e Luís Eduardo irmaram-se nesse ideal e, sem exagero, deram suas vidas para que o Brasil retomasse mais depressa o rumo da prosperidade e da decência. Nunca vi em qualquer dos dois hesitações quanto a esses propósitos. Graças ao esforço deles, em grande medida, os seus partidos – o PSDB e o PFL – souberam compreender o momento em que vivemos. Ao invés de ampliar divergências doutrinárias ou de lutar por “espaços políticos”, puseram-se a trabalhar, unidos, pelo programa que, mais que do governo, é do País, que o consagrou nas urnas em 1994. É esse mesmo programa que une todos os que estamos nesta sala, de diferentes partidos, membros do Executivo e do Legislativo. Nossa aliança se baseia em objetivos que obedecem a princípios claros com as reformas, adaptar a economia e a estrutura do Estado às circunstâncias internacionais. E fazê-lo com decência.

Temos falado firmemente, nos foros internacionais, para assegurar que a inserção competitiva do Brasil na economia mundial se faça respeitando-se nossa soberania e resulte em proveito para o nosso povo.

Quanto à decência, ela implica um profundo sentimento de respeito a tudo o que corresponde ao interesse nacional e popular. Mas ela implica, também, assumirmos condutas conseqüentes com as realidades políticas –

sem jamais desfigurar o objetivo da moralidade pública. É natural que os povos esqueçam os aspectos comprometedores do seu passado. Mas é imperativo que os partidos e os líderes políticos relembrem as lutas havidas para superar as deformações da sociedade. Desde o governo anterior, ao qual servi com lealdade e dedicação, travamos um combate sem quartel contra a inflação, que espoliava o povo e desagregava o País, e contra os destinos na administração pública, que impediam planejar o dia seguinte e favoreciam a corrupção. Ou já nos esquecemos da carestia – que tornava um suplício a vida dos nossos pobres – e dos escândalos sobre abuso ou mau uso do dinheiro público – que faziam a festa das manchetes de jornal? Pusemos fim a esse descabro. Negociamos, sim. Negociamos, no Congresso Nacional, o apoio de correntes partidárias. Mas o apoio às nossas propostas, às nossas idéias, ao ideal de um Brasil melhor para seu povo. Não a barganha para atender interesses pessoais dos que estão no governo, quando o que está em jogo são os interesses da sociedade.

Nas difíceis lutas que travamos juntos para aprovar o Fundo Social de emergência e URV e lançar as bases do que veio a ser chamado, mais tarde, de Plano Real, Luís Eduardo não esmoreceu na insistência para que aproveitássemos o período de “revisão constitucional” e avançássemos nas reformas de base. Naquela época, como durante meu governo, lutou sempre para que conseguíssemos os resultados a que chegamos – seja como presidente da Câmara, seja como líder da maioria.

Terá sido este um comportamento conservador? Ou, pelo contrário, como eu creio, profundamente progressista? Progressista, sim, porque reformador da nossa herança de distorções do antigo “estado de mal-estar social”, como eu o qualifico, e que perdurou mais tempo do que o justificável. São as vãs tentativas de colar uma etiqueta em alguém do porte de Luís Eduardo. Ele amava seu País, era honesto para com seu povo e realista como líder. Combatia por seus ideais de respeito à dinâmica dos mercados, não para defender a acumulação de capital como fim em si mesma, mas por ver no enriquecimento da nação – e não do Estado ou dos particulares, apenas – uma condição de de-

envolvimento e de melhoria de vida da população.

Democrata, respeitador da opinião alheia, homem de convicções e, certamente, anti-corporativo, desprezava o fisiologismo, combatia-o. Nos acordos políticos que fez em nome do governo, não coonestava a sanha dos que, tradicionalmente, gostam de loupular-se na vida pública. No limite, reconhecia a inércia de uma estrutura arcaica que morrerá aos poucos, com a modernização do País, mas que ainda cobra o preço de sua força para adiar sua morte.

Sérgio Motta, social-democrata convicto, militante político de esquerda, na época em que este qualificativo tinha sentido renovador, agiria de outra maneira? Certamente não. A revolução verdadeira que ele fez no Ministério das Comunicações, sua presença avassaladora nos debates e no encaminhamento político das votações, deixaram a marca do renovador.

Sérgio e Luís Eduardo – como tantos outros líderes, ministros, governadores, parlamentares, colegas aqui presentes – dedicaram-se por convicção a um programa de reformas indispensável para o Brasil avançar e o povo melhorar de vida. Estes dois homens públicos contribuíram de maneira decisiva para que pudéssemos, como podemos hoje, vislumbrar um País progressista, capaz de tomar decisões com estabilidade econômica, ansioso para andar mais depressa, com o arcabouço do Estado mais democratizado e com a máquina pública preparando-se para ser mais eficiente.

Falta pouco para completar a etapa inicial dessas transformações revolucionárias – no sentido exato que a palavra revolução assume nas democracias, de mudanças contínuas e consentidas.

A perda de Sérgio Motta e de Luís Eduardo, no plano pessoal, é irreparável – como ocorre quando a morte ceifa os entes queridos.

Choramos nossa dor sem reprimila. Nas cerimônias religiosas, não nos vergamos à morte. Celebramos a vida.

É com esse mesmo espírito de vida e renovação que os convoco para darmos continuidade às reformas que nossos dois pranteados líderes desejavam: a das instituições e a da decência na vida pública.

As privatizações continuarão. Como antes: na plena vigência da moral pública e do interesse nacional. As re-

formas também. Completaremos a reforma da Previdência. Juntas, a conta da Previdência e a conta dos juros são os dois grandes empecilhos a que se imprima maior velocidade ao esforço de equilibrar as contas públicas e de acelerar o crescimento econômico do Brasil.

Um só dado: para sustentar 900 mil aposentados e pensionistas do serviço público federal, a União gasta mensalmente R\$ 1,7 bilhão. Enquanto isso, o INSS paga aos seus quase 18 milhões de beneficiários R\$ 3,9 bilhões. Em média, cada aposentado do serviço público federal custa ao País o equivalente a 8,6 beneficiários do setor privado. O povo, por meio dos impostos, paga a 900 mil pessoas o equivalente a todo o gasto federal com a saúde para atender 100 milhões de brasileiros. Parte desses aposentados ganha ínfimos proventos, é verdade. Mas parte ganha régias aposentadorias, e as ganha durante 20 e até 30 anos sem trabalhar por causa das aposentadorias precoces.

É para pôr fim a esse desatino e aos privilégios – e não à verdadeira prestação de serviços ao povo – que insisto nas reformas, a exemplo do que fizeram Luís Eduardo e Sérgio Motta, e conforme o desejo da nossa maioria política, à qual se soma a maioria política do nosso povo. Pesquisa de ontem mostrou que 77% da população pede que o governo dê prioridade às reformas, em especial a da Previdência. Como Presidente, e em nome de nossos ideais comuns, eu convoco os partidos que dão sustentação às mudanças no Brasil a uma ação rápida, firme e decidida, para que possamos avançar mais na direção de um futuro de prosperidade. Estarei, como sempre estive, atento e pronto para coordenar, no que for necessário, o esforço de todos nesta direção.

Negociamos exaustivamente os diversos pontos da reforma da Previdência. Já cedemos tudo o que era possível ceder. Mais do que isso seria desfigurar a reforma. Não podemos fazer de conta que reformamos. O

País não suporta mais adiamentos, nem conseguirá mais financiar por muito tempo os déficits crescentes. Não é justo exigir isso da sociedade. É chegada a hora em que não só o Presidente da República, mas o Brasil, precisam saber, de uma vez por todas, quem está a favor e quem está contra a modernização do País. Adiar as mudanças será onerar toda a sociedade, em benefício de minorias desde sempre privilegiadas. Temos que saber agora quem defende a manutenção de um Estado anacrônico e ineficiente e quem engaja na luta para mudar o que está aí e que não nos serve, não nos agrada e não é capaz de prestar bons serviços ao povo.

Com Sérgio Motta e com Luís Eduardo essa tarefa seria mais fácil. A saudade é imensa, a gratidão também. Sem eles, entretanto, devemos reforçar nossa motivação, inspirando-nos nas lutas que travamos juntos para, com mais força ainda, abraçarmos os ideais comuns, que eram deles e são nossos.”